

Informativo jurisprudencial – TCU

24 a 30 de março

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA Nº 209

Sessão de 06 a 07 março de 2018

Assunto: Licitação. Registro de preços. Adesão à ata de registro de preços. Preço de mercado. Pesquisa. Referência.

Ementa: A mera comparação dos valores constantes em ata de registro de preços com os obtidos junto a empresas consultadas na fase interna de licitação não é suficiente para configurar a vantajosidade da adesão à ata, haja vista que os preços informados nas consultas, por vezes superestimados, não serão, em regra, os efetivamente contratados. Deve o órgão não participante (“carona”), com o intuito de aferir a adequação dos preços praticados na ata, se socorrer de outras fontes, a exemplo de licitações e contratos similares realizados no âmbito da Administração Pública.

(Acórdão 420/2018 Plenário, Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)

Assunto: Licitação. Proposta. Encargos sociais. Desoneração. Obrigatoriedade.

Ementa: Os licitantes não podem ser obrigados a apresentar a planilha de encargos sociais observando a

desoneração da folha de pagamento, uma vez que o art. 7º, *caput*, da [Lei 12.546/2011](#), com a redação dada pela [Lei 13.161/2015](#), apenas faculta às empresas a utilização dessa sistemática.

(Acórdão 421/2018 Plenário, Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues)

Assunto: Licitação. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Serviços. Especificação.

Ementa: Caracteriza restrição à competitividade da licitação a exigência, como critério de habilitação, de atestado de qualificação técnica comprovando experiência em tipologia específica de serviço, salvo se imprescindível à certeza da boa execução do objeto e desde que devidamente fundamentada no processo licitatório.

(Acórdão 433/2018 Plenário, Representação, Relator Ministro-Substituto Augusto Sherman)

Assunto: Direito Processual. Indisponibilidade de bens. Abrangência. Recuperação judicial.

Ementa: A decretação de indisponibilidade de bens incluídos em plano de recuperação judicial depende de autorização do juízo competente.

(Acórdão 435/2018 Plenário, Agravo, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

Assunto: Direito Processual. Prova (Direito). Ônus da prova. Princípio da ampla defesa. Prejuízo. Citação. Tempo.

Ementa: Cabe ao responsável o ônus de comprovar o eventual impedimento à plenitude do exercício de defesa ou mesmo dificuldade em sua realização, em decorrência de grande transcurso de tempo entre a ocorrência dos fatos e a citação.

(Acórdão 443/2018 Plenário, Recurso de Reconsideração, Relator Ministro José Múcio Monteiro)

Assunto: Licitação. Qualificação econômico-financeira. Garantia da proposta. Antecipação. Ilegalidade.

Ementa: É ilegal a exigência de recolhimento da garantia de participação dos licitantes em data anterior à apresentação das propostas, pois contraria os arts. 31, inciso III, e 43, inciso I, da [Lei 8.666/1993](#).

(Acórdão 447/2018 Plenário, Representação, Relator Ministro José Múcio Monteiro)

Assunto: Contrato Administrativo. Obras e serviços de engenharia. Superfaturamento. Sobrepreço. Metodologia. Método de limitação do preço global. Método de limitação de preços unitários ajustados. Termo aditivo.

Ementa: Para a apuração de sobrepreço em obras já contratadas, o método adequado é

o da limitação do preço global (MLPG), que prevê a compensação entre os preços superavaliados e os subavaliados, só havendo sobrepreço ou superfaturamento se a soma dos valores superavaliados superar os subavaliados, imputando-se o sobrepreço pela diferença global. Para serviços incluídos mediante termo de aditamento contratual, a avaliação de superfaturamento é mais indicada pelo método da limitação dos preços unitários (MLPU), que considera apenas os serviços com preço unitário acima do referencial, sem compensação com itens subavaliados.

(Acórdão 1727/2018 Primeira Câmara, Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Benjamin Zymler)

Assunto: Pessoal. Concurso público. Validade. Admissão de pessoal. Ato sujeito a registro. Decisão judicial.

Ementa: A expiração do prazo de validade de concurso público constitui óbice intransponível ao registro pelo TCU de atos de admissão efetuados posteriormente a essa data, devendo, no entanto, ser assegurada a produção dos efeitos das admissões enquanto subsistir decisão judicial favorável aos interessados.

(Acórdão 872/2018 Segunda Câmara, Admissão, Relator Ministra Ana Arraes)

Assunto: Responsabilidade. Convênio. Gestor sucessor. Conduta omissiva.

Ementa: A inércia de gestor sucessor em adotar as medidas administrativas a fim de concluir a execução de convênio iniciado na gestão anterior compromete o atingimento dos objetivos pactuados, configurando o desperdício de todo o recurso repassado, e não somente de parcela por ele gerida, razão pela qual deve responder pela integralidade do débito.

(Acórdão 885/2018 Segunda Câmara, Tomada de Contas Especial, Relator Ministra Ana Arraes)

Assunto: Pessoal. Ato sujeito a registro. Princípio da ampla defesa. Princípio da segurança jurídica. Prazo.

Ementa: O longo transcurso de tempo entre a edição do ato e sua apreciação pelo TCU não convalida aposentadoria ilegal. Diante de constatação que possa levar à negativa de registro do ato, deve ser assegurado ao beneficiário a oportunidade do contraditório e da ampla defesa, sempre que transcorrido prazo superior a cinco anos entre a entrada do ato no Tribunal e a sua apreciação.

(Acórdão 922/2018 Segunda Câmara, Aposentadoria, Relator Ministro José Múcio Monteiro)

Assunto: Pessoal. Aposentadoria. Proventos. Irredutibilidade. Verba ilegal. Exclusão.

Ementa: A redução de proventos de aposentadoria, com a exclusão de parcela concedida em desacordo com a lei, não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

(Acórdão 923/2018 Segunda Câmara, Aposentadoria, Relator Ministro José Múcio Monteiro)